

O MITO DA FÊNIX E A ESCRAVIDÃO: Reflexões historiográficas acerca do trabalho escravo contemporâneo no Brasil*

Fagno da Silva Soares¹
Júlio César Suzuki²

Resumo

O presente artigo está arquitetado em duas seções, a primeira pretende esquadrihar detidamente os conceitos de trabalho escravo contemporâneo à baila da recente historiografia. Compreendemos, pois, que as disputas conceituais em torno da temática da escravidão contemporânea no Brasil refletem a sua relevância social e acadêmica. Deste modo, objetivando a ampliação do instrumental teórico e aprofundamento dos estudos e reflexões futuros acerca deste tema.

Palavras-chave: trabalho; escravidão; experiência vivida.

Abstract

This article is architected into two sections, the first intends to closely scrutinize the concepts of modern-day slavery to the fore in recent historiography. We understand therefore that the conceptual disputes around the theme of contemporary slavery in Brazil reflect their social and academic relevance. Thus the aim of expanding the theoretical tool and deepening of future studies and reflections on this subject.

Keywords: work; slavery; lived experience.

17

* Este artigo é resultado das pesquisas desenvolvidas durante o mestrado em História do Brasil pela UFPI e o doutorado em Geografia Humana na USP. A arquitetura e escrita deste texto contou com a inestimável colaboração de Adonia Antunes Prado e Edna Galvão do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos NEPP-DH do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo GPTEC-UFRJ.

¹ Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo-USP, mestre e especialista em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí-UFPI, professor de história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA/Campus Açailândia. Líder do CLIO & MNE-MÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória-IFMA. Pesquisador do Núcleo de Estudos em História Oral NEHO/USP e Grupo Trabalho Escravo Contemporâneo GPTEC/UFRJ. E-mail: fagno@ifma.edu.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo FFLCH-USP. Doutor e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo-USP. Pós-doutor em Geografia pela Universidade de Paris I/Panthéon-Sorbonne, Université de Rennes II e Université de Pau et des Pays de l'Adour, França. jcesuzuki@usp.br

Pássaro sagrado, cujo nome é fênix. Eu mesmo nunca o vi, apenas figuras dele. O pássaro raramente vem ao Egito, uma vez a cada cinco séculos, como diz o povo de Heliópolis. É dito que a fênix vem [...] É parecido com uma águia em sua forma e tamanho. O que dizem que este pássaro é capaz de fazer é incrível para mim.

Heródoto de Halicarnasso, 1985, p. 273

Introdução

Heródoto descreve com grande encanto um pássaro mitológico de provável origem egípcia, o qual se espalhou por outras civilizações, chegando até nós com o nome grego de *phoenix*, batizado pelo próprio historiador, símbolo da esperança que nunca morre, é representado pelo sol que renasce todos os dias ao morrer no final da tarde. Segundo a mitologia seu canto era melodioso, porém melancólico, capaz de conduzir à morte outros animais, dada a sua formosura no canto e nas plumas. Reza o mito que depois de completos seus 500 anos, a ave mítica volta ao local de nascimento para construir uma pira funerária de mirra e realizar o seu ritual fúnebre, deixando-se consumir pelo fogo para depois renascer das cinzas. A simbologia da fênix reside, mormente, na circularidade do tempo, e, sobretudo, no processo de renovação da vida, visto que, da sua morte, renasce para a vida.

Temos agora Fênix, o pássaro de fogo, símbolo do renascimento e da perpetuação. Utilizamos o mito da fênix aqui em analogia à capacidade de ressurgimento em vários momentos da história da escravidão com diferentes denominações, especialmente para explicar no transcurso da seção, a polissemia da expressão escravização contemporânea e sua gênese.

Gênese do trabalho escravo contemporâneo no Brasil

As primeiras denúncias foram feitas nos anos 70 do século passado por

Dom Pedro Casaldáliga, bispo católico e defensor dos direitos humanos na Amazônia brasileira. Foi a partir de um caso denunciado pela Comissão Pastoral da Terra em 1978, envolvendo uma propriedade da Volkswagen, no Sul do Pará, que a temática ganhou repercussão mundial e o número de denúncias cresceu exponencialmente. Nos termos do historiador José Carlos Aragão, esse fato representou “ [...] um marco na denúncia e na luta contra a exploração e escravidão de índios, posseiros e peões nas Amazônias. A carta pastoral de Casaldáliga, publicada em 10 de outubro de 1971 [...]” (SILVA, 2009, p. 65) intitulada, *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social* mantém-se “ [...] atualizada com os problemas agrários do Brasil e da região Amazônica”, (SILVA, 2009, p. 65) mesmo pouco mais de 40 anos depois de sua publicação da Prelazia de São Félix do Araguaia no nordeste do Estado de Mato Grosso para o mundo. Este foi, portanto, o primeiro documento oficial denunciando o processo de escravização contemporânea no Brasil, o que lhe rendeu duras críticas desde os setores mais conservadores da Igreja Católica até ameaças de morte vindas de alguns latifundiários da região.

Destacamos aqui a fundamental contribuição no campo teórico das reflexões produzidas por estudiosos como os antropólogos Neide Esterici e Alfredo Wagner e, sobretudo, os escritos valiosos do sociólogo José de Souza Martins, que esteve junto a Comissão Pastoral da Terra – CPT, intentado a desvelar a temática apesar de sua complexidade. Enfatizamos ainda, a atuação não menos conspícua do Padre Antônio Canuto, a criação da CPT, a militância teórica e prática do Padre Ricardo Rezende, respectivamente.

Cavaleiro andante, em sua bicicleta, veículo usado para o seu trabalho, peregrinava pelos ermos do nordeste mato-grossense, tomando conheci-

mento desta realidade, registrando e denunciando as ocorrências e amparando as vítimas ou, em casos extremos, dando-lhes um enterro mais adequado à condição de pessoa humana [...] Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra, entidade ligada à CNBB, com a finalidade de atuar junto aos trabalhadores rurais, assessorando-os e principalmente denunciando as violências de que eram vítimas na disputa pela posse da terra. [...] Em 1977, chegou à Diocese de Conceição do Araguaia, Sul do Pará, o Padre Ricardo Rezende Figueira, que logo se integrou a CPT, Regional Araguaia-Tocantins e entregou-se a ação pastoral junto aos trabalhadores rurais. Viu de perto a situação dos peões das fazendas do Sul do Pará e as denunciou ao Estado brasileiro e a organismos internacionais, não se atemorizando ante as ameaças, calúnias e difamações constantes de que era vítima, a exemplo de Dom Pedro Casaldáliga. Também foi responsável pela construção de ponte entre a CPT, entidades e grupos da sociedade, Estado, entidades e organismos internacionais na busca por Justiça e erradicação do trabalho escravo. (MORAES, 2011, p. 10)

Neste contexto, consideramos relevante a denúncia realizada pelo padre Ricardo Rezende, em 1992 à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - ONU e na Organização Internacional do Trabalho - OIT bem como, o apoio de instituições como a estadunidense *American Human Rights Watch* e da britânica *Anti-Slavery* que ajudaram a visibilizar internacionalmente o fenômeno da escravização contemporânea que ocorre no Brasil. Inúmeras denúncias foram realizadas neste período junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Es-

tados Americanos - OEA. E como fruto destas frentes de atuação, o governo brasileiro reconheceu a existência em seu território desta prática, sendo, portanto seu dever erradicá-la.

Desde então, a escravidão contemporânea tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores atingindo largo poder de alcance e visibilidade na sociedade brasileira. Para discutir criticamente a temática durante a realização desta pesquisa e ao longo de toda dissertação, tratamos as proposições de antropólogos, sociólogos, juristas, jornalistas, historiadores e especialistas da área.

Porém, tal prática aviltante de exploração já havia sido descrita como *sistema de aviamento* no início do século XIX pelos escritos de Cunha e comparada ao mitológico trabalho de Sísifo, ao descrever em tom quase poético, a situação dos seringueiros na Amazônia

*E vê-se completamente só na faina dolorosa. A exploração da seringa, neste ponto pior que a do caucho, impõe o isolamento [...] Nesta empresa de Sísifo a rolar, em vez de um bloco, o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um **ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida**, automaticamente, por simples movimentos reflexos se não o atrofia todas as esperanças, e as ilusões ingênuas, e a tonificante alacridade que o arrebataram àquele lance, à ventura, em busca de fortuna. (CUNHA, 1994, p. 59)*

Para os historiadores Vitale Joannoni e Leonice Aparecida (2011, p. 276), estudiosos da temática, “o passado escravista do Brasil tem sido utilizado por alguns como argumento para explicar o fenômeno atual, por outros para negá-lo,

em ambos os casos equivocadamente”. Mesmo durante o período que vigorou a escravidão negra no Brasil, houve registros históricos que comprovam a presença de trabalhadores imigrantes europeus juridicamente livres, sendo ‘escravizados’ em fazendas no sul e sudeste do país, a exemplo do que ocorria na Fazenda Ibicaba, de propriedade do Sr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, então Senador Vergueiro, que através de sua companhia de comércio, recrutava os imigrantes suíços e alemães para o trabalho na lavoura do café, estes por sua vez tinham a duras penas de saldar suas dívidas, como não conseguiam tornavam-se cativos por dívida. Tinham, portanto, hipotecado a sua própria vida, seu futuro e de sua família (ESTERCI, 1999, p. 104). Assim, podemos constatar que mesmo depois de 1888, passou a vigorar em diferentes regiões e sob múltiplas facetas, práticas coercitivas de trabalho no Brasil, como a anteriormente descrita, que podemos classificá-la como *colonato*,¹ que logo se degenerou em servidão por dívida chegando até nós, que neste estudo convencionou-se chamar de trabalho escravo contemporâneo por nós renomeado de *escravização contemporânea*.

Em 1856, a Fazenda Ibicaba foi palco de uma crise sem precedentes que culminou na chamada Revolta dos Parceiros, um levante capitaneado pelo colono suíço Thomaz Davatz contra a insatisfação dos imigrantes europeus aprisionados na maior produção de café da época, fazendo chegar às autoridades europeias a real situação de parte dos colonos que vieram para o Brasil. Desta experiência, Davatz (1980) escreveu o livro *Memórias de um colono no Brasil*

¹ Prática comum desde o medievo europeu, que consistia no trabalho gratuito do servo durante alguns dias da semana ao senhor feudal, chegando ao Brasil rural do século XXI, com o arrendamento de porção de terra pelo colono, neste caso meeiro, por destinar metade da produção obtida ao proprietário da terra.

1850, descrevendo suas memórias individuais e coletivas, que ajuda-nos compreender com clareza este período da história do Brasil.

Tendo sido extinta a escravidão no Brasil em 1888, ao menos no âmbito jurídico, como nomear tal fenômeno? Paradoxalmente, são justamente os juristas os primeiros a optarem pela expressão, trabalho análogo à escravidão ou trabalho escravo, com vistas à visibilidade social desta prática e, portanto, a sensibilidade da sociedade para o não abrandamento da aplicação da lei junto aos que a praticam.²

Por um outro conceito de trabalho escravo contemporâneo

A Organização Internacional do Trabalho³ utiliza o termo ‘trabalho escravo’ para designar a atividade forçada que resulta da soma do trabalho degradante com a privação de liberdade. Segundo estatística da OIT em 2010, há pelo menos 21 milhões de pessoas no mundo nestas condições. Em suas publicações, vem utilizando, ainda, a expressão trabalho forçado para classificar o ato no qual alguém desrespeita os direitos do trabalhador, atingindo sua integridade física e moral, sua dignidade e o seu direito à liberdade e auto-gestão.

Sabe-se que o processo de escravidão contemporânea é um fenômeno mundial e se constitui como uma atividade laboral degradante que envolve cerceamento da liberdade, por meio de uma dívida, aliado a péssimas condições

² Ver, JESUS, J. G. ‘A cabeça do libertador’. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende & PRADO, A.A. [Orgs] *Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, 2011. pp. 153-169.

³ A Organização Internacional do Trabalho – OIT criada em 1919 é uma agência especializada em questões relacionadas ao trabalho no mundo, ligada à [Organização das Nações Unidas](#)- ONU. Órgão responsável por grande parte das publicações quantitativas sobre trabalho no mundo.

de trabalho, alojamento, saneamento, alimentação e saúde, além do uso da violência. É uma atividade laboral em que o empregado é submetido a situações subumanas por seu empregador; e onde são violados os direitos trabalhistas e a dignidade da pessoa humana desde a deformação de consentimento, quando da celebração do vínculo laboral, até a restrição total da liberdade de ir e vir. O trabalhador é obrigado a prestar um serviço sem receber pagamento ou, quando recebe, trata-se de um valor insuficiente para suas necessidades básicas. Ademais, a escravização contemporânea se configura para além de relações ignominiosas, são práticas ilegais de trabalho, não se limitando ao aspecto jurídico, mas a uma afronta aos direitos humanos.

No Brasil, o processo de escravização contemporânea se dá nos campos e cidades, em carvoarias e garimpos e em fazendas e indústrias. Na Amazônia brasileira é comum a prática no desmatamento e na atividade conhecida como *roço de juquirá*.⁴ Seguindo os passos de Ricardo Rezende, uma das maiores autoridades sobre a temática, podemos asser-tivar que a principal característica da escravização contemporânea é a dívida,⁵ além de alojamentos precários, péssima alimentação, falta de assistência médica e saneamento básico, maus tratos e violência, jornada exaustiva, isolamento geográfico, retenção de documentos e salários, ameaças físicas e psicológicas, privação da liberdade e usurpação da dignidade. Em seu livro lançado durante a Eco92, *Rio Maria Canto da Terra*, o autor denomina-o como uma espécie de *diário da violência e da resistência*,⁶ a par-

tir de seus olhos, traduzido em relatos e fotos que para nós equivalem há uma espécie de *réquiem*, termo que significa ‘*dai-lhes o repouso eterno*’, ou seja, prece fúnebre entoada para homenagear os mortos e ao mesmo tempo um canto para por fim as mortes pela disputa de terra na Amazônia brasileira.

A expressão ‘trabalho escravo contemporâneo’ é polissêmica, a grosso modo, é capaz de abrigar um sem-número de situações, numa espécie de conceito guarda-chuva. Somente em 1995, o Brasil reconheceu oficialmente junto à Organização Internacional do Trabalho a existência de trabalho escravo em seu território criando assim, as primeiras estruturas para o seu combate como: Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado – GERTRAF, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM com o intuito de resgatar os trabalhadores escravizados. Desde então, tem havido uma disputa pela nomenclatura mais adequada, sobretudo, durante a elaboração dos Planos Nacionais para Erradicação do Trabalho Escravo de 2003 e 2008, sendo que durante o primeiro foi criado como estratégia de combate e prevenção ao trabalho escravizante, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, órgão colegiado, destinado a integrar representantes dos trabalhadores, governo e sociedade civil organizada para monitorar as ações previstas pelo Plano Nacional que vão desde acompanhamento de projetos de lei no Congresso até a implementação destes junto à sociedade.

Categorias são conceptualizadas sob a égide dos que defendem, assim como nós, expressões capazes de dar a ver o fenômeno em sua face mais vil.

⁴ Técnica rudimentar de abertura de um dado campo para a expansão da pastagem destinada à criação bovina.

⁵ Ver, FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

⁶ Para mais informações, ver FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Rio Maria**. Canto da terra. 2.ed. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. O texto da orelha do livro escrito por Frei Beto é deveras contundente traz como título *um salmo em forma de livro* classificando a obra como uma crônica das mortes anunciadas, aqui diremos – almas da terra – em disputas fundiárias no Estado do Pará.

Para Bhavna Sharma (2008, p. 40), representante da OIT, “a servidão ou escravidão por dívida é a forma mais comum de escravidão contemporânea”, o que torna a expressão escravidão por dívida, em certa medida, apropriada, sobretudo, ao caso brasileiro. É de domínio público que nenhuma ciência é neutra, tampouco seriam os conceitos por ela criados. Assim, estamos mais uma vez convencidos, da validade da assertiva de Koselleck (2006, p. 52) ao nos alertar que todo conceito é portador de signos porosos que ganham e perdem fragmentos lexicais, sintáticos e semânticos condicionadas a sua historicidade, não diferentes poderiam ser os conceitos trabalho e trabalho escravo, eleitos em nosso estudo.

Optamos aqui, pela expressão por nós forjada, ‘escravização contemporânea’ por acreditar que esta se enquadra bem ao caso brasileiro, justificando assim, a utilização mais próxima do antropólogo Ricardo Rezende Figueira, na tese, *Pisando Fora da Própria Sombra*, obra de capital importância para compreender a dívida e a impunidade como causas e meio desse tipo de escravidão, além das frequentes ameaças do escravizador para manter os trabalhadores cativos sob a alegação que os mesmos devem saldar suas dívidas para livrarem-se do trabalho, o que geralmente nunca acontece, visto que os produtos vendidos são sempre superfaturados, o trabalhador gasta mais do que recebe como salário, quando recebe, e vê-se então forçado a continuar trabalhando cada vez mais sem nunca quitar sua dívida num *cercle vicieux* como no trabalho de Sísifo. Atentaremos, portanto, à enfática corroboração de Rezende acerca das diferentes denominações para a categoria escravização contemporânea,

Como não se trata exatamente da modalidade de escravidão que havia na Antiguidade greco-romana, ou da escravidão moderna de povos africa-

nos nas Américas, em geral, o termo escravidão veio acrescido de alguma complementação: ‘semi’; ‘branca’, ‘contemporânea’, ‘por dívida’, ou, nomeio jurídico e governamental, com certa regularidade se utilizou o termo ‘análoga’, que é a forma como o artigo 149 do Código Penal Brasileiro - CPB designa a relação. Também têm sido utilizadas outras categorias para designar o mesmo fenômeno, como “trabalho forçado”, que é uma categoria mais ampla e envolve diversas modalidades de trabalhos involuntários, inclusive o escravo. (FIGUEIRA, 2004, pp. 34-35)

Justificamos reiteradamente, a expressão aqui adotada, escravização contemporânea, como forma plausível não de relacionar à escravidão clássica, moderna e no caso brasileiro à época colonial e imperial, apesar das similitudes, estas não são objeto de nossa análise, embora indubitavelmente, ao tratar de qualquer tipo de escravidão remontamos aos tempos antigos, dadas as suas idiosincrasias. Deste modo, não há motivos para desassociá-los, uma vez que os diferentes tipos de escravismos praticados no passado ajuda-nos a compreendê-lo na contemporaneidade. Sabemos pois, que ao escolher qualquer vocábulo, pressupõe a relação com seu ‘uso político’.⁷ Neste sentido, para Angela de Castro Gomes defende que mas da busca pela compreensão dos fenômenos sociais que “tem o poder de interpretar a realidade social, desencadeando políticas públicas, não só pela via da criminalização dos culpados, mas da garantia de direitos aos explorados.”⁸ Logo não haverá consenso na conceituação, traz a tona desdobramen-

⁷ A esse respeito, ver GOMES, Angela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: História oral: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v.11, n.1-2, jan/dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008, p.13.

⁸ Ibid., p.17.

tos sócio-políticos conflitantes. A historiadora também defende a necessidade de contruirmos um problema para análise historiográfica visando o reconhecimento da existência desta prática no Brasil, e não classifica como encerrado esse debate.

Para a antropológa Neide Esterici (1999, p. 121), a “ [...] ‘escravidão’ tem, entre nós, o poder simbólico de denunciar a redução de pessoas a coisas, objetos de troca, a mercadoria – vem associado a expressões como ‘compra’, ‘venda’, ‘preço por lote’, ‘por cabeça’ [...]”. Neste sentido, necessitamos avançar ainda mais no debate para assim desvelar tal prática gerando visibilidade social e instrumentalização jurídicas para enfrentá-la. Ademais, é preciso segundo Ricardo Rezende, Adonia Prado e Horácio Júnior (2011, p. 22) “imprimir-lhe o caráter e a legitimidade científica necessária”, para conferir ao status de ciência e assim considerar enquanto objeto de reflexão da academia, que durante anos oscarizou o tema do trabalho escravo contemporâneo.

Vale ressaltar que ao utilizarmos a expressão trabalho escravo contemporâneo objetivamos “acionar o potencial explicativo e mobilizador, que permite uma rápida apreensão de um fenômeno novo”. (GOMES, 2008, p. 38) Ainda nestes termos, trabalho análogo a de escravo surge “ [...] como uma metáfora, que ela chama os trabalhadores de ‘escravos’, justamente para dizer que eles não o são, e que é intolerável a existência de escravos e de escravidões de quaisquer tipos”. (GOMES, 2008, p. 39).

Afirmar que os antigos defensores da abolição sejam hoje, os reiventores do escravo contemporâneo, constitui-se no mínimo em um erro crasso,⁹ pois, os que

advogam o atual fenômeno como originário dos idos tempos do Império no Brasil, também o fazem no sentido de gerar mais do que discussões teóricas, visibilidade social e jurídica com vistas ao seu enfrentamento. Conforme destacado alhures, o autor enfatiza que do ponto de vista jurídico, há uma bifurcação de sentidos para o significado atual de escravos, sendo uma jurídica e a outra cultural. Assim para ele

não há escravos no Brasil porque a categoria não existe nem legalmente, nem no costume, portanto, nem no sentido histórico dessas dimensões. Poder-se-ia contra-argumentar que a categoria foi reinventada historicamente e hoje, então, existe sim. Claro que categorias não são definíveis uma única vez e não devem permanecer sem alteração infinitamente. Evidentemente, esse contra-argumento é legítimo e pertinente. (PAIVA, 2005, p. 17).

Devemos concordar com o autor, de que não existem escravos como havia no passado, visto que, a escravização por dívida hoje, difere dos moldes de outrora, por conseguinte, o conceito que temos de escravidão já não é o bastante para dimensioná-lo. Portanto, é preciso compreender que o adjetivo contemporâneo que utilizamos para o atual fenômeno da escravização serve inclusive para distingui-la da praticada, quer seja na antiguidade ou do século XVI ao XIX. Deste modo, pretendemos em estudos futuros forjar uma categoria historicamente mais apropriada ao fenômeno e que opere com mais fluidez e sirva a outros estudiosos,

legiões, apesar da superioridade numérica de suas tropas e, sucumbiu frente aos adversários que mesmo em menor número sobressaíram-se em virtude de seu preparo tático e militar. A escolha de Crasso, portanto, constituiu-se num grande erro estratégico que custou a vida de milhares de soldados inclusive a sua.

⁹ A expressão designa um erro grosseiro e tem sua origem na Antiguidade, mais precisamente durante o Primeiro Triunvirato, na Batalha de Carras, travada em 53 a.C. na disputa entre o Império Parta e a República Romana, o general Marco Licínio Crasso comandou 50 mil soldados de sete

sobretudo os da história, o que não significa afirmarmos que a expressão adotada neste estudo seja indevida ou como muitos podem pensar, anacrônica. Noutros termos, podemos dizer que tudo o que convenciou-se chamar de escravidão ou mesmo escravo, não o seja. Afinal, estar escravo, não significa ser escravo, e sim escravizado. Doravante, substituiremos os termos escravos e escravidão por escravizados e escravização, por entendermos que são menos problemáticos à nossa orientação historiográfica, ainda que não sejam os mais adequados.

Assim, desnudos que quaisquer anacronismos ou mesmo maniqueísmo podemos ratificar, que as reflexões construídas ao longo da pesquisa nos foram muito caras. Reconhecemos ainda que há parcialidade em qualquer estudo histórico, no entanto evitamos definições reducionistas e visões militantes que obscureceriam o nosso propósito de analisarmos detidamente a escravização contemporânea e, portanto, historicizá-la.

Entendemos que, os que utilizam a expressão trabalho escravo contemporâneo o fazem auspiciosamente por indicar a condição do trabalho que é escravo e não como adjetivo ao trabalho muito menos ao trabalhador, os conceitos não são construções perenes, pelo contrário sofrem transformações ao longo do tempo e espaço até que seja mais consensual e consolide-se. Em entrevista realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas CPDOC/FGV, com a auditora fiscal Ruth Vilela afirma de modo nada hermético que o conceito *trabajo forzoso* utilizado da Organização Internacional do Trabalho OIT é um tanto generalista paradesvelar as idiocrinas identificadas em nosso país. Portanto, trabalho forçado é uma expressão incapaz de catalisar a real significação do fenômeno a que se pretende nominar. (VILELA, 2006, p. 33).

Logo, para os especialistas jurídicos e técnicos da CPT não é aplicável ao caso brasileiro, assim, a expressão o trabalho análogo a de escravo, parece ser mais aplicável, embora juridicamente apresente imprecisões. Assim, a expressão trabalho escravo contemporâneo foi ganhando força até a OIT reconhecer a expressão para o caso brasileiro. (VILELA, 2006, p. 34).

A OIT estabelece a relação entre trabalho forçado e trabalho escravo, sendo que o segundo diferente do primeiro pelo cerceamento da liberdade dos trabalhadores. Porém, as duas expressões são sistematicamente utilizadas pela instituição, sendo o trabalho forçado um conceito mais generalista e empregado para indicar quaisquer práticas de trabalho degradante em diferentes lugares do mundo, permitindo especificações como no caso brasileiro, reconhecidamente com a escravidão contemporânea.

Com efeito, o Código Penal brasileiro de 11 de dezembro de 2003, através da Lei 10.803/2003, em seu art. 149 estabelece que

Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de 2 [dois] a 8 [oito] anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:
I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do

trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I - contra criança ou adolescente;

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Em linhas gerais, a nova legislação atendeu aos interessados no enfrentamento da prática no Brasil, visto que a mesma favoreceu a criação de políticas públicas de caráter punitivo e combativo, sobretudo a partir de 2002, quando a OIT e o governo brasileiro firmaram o projeto de cooperação técnica, denominado de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil, que resultaram *a posteriori* na publicação de dois planos nacionais para erradicação do trabalho escravo no Brasil. Neste **interim mais precisamente em novembro de 2003, foi instituída a lista su-**¹⁰

Na obra *Escravos da Desigualdade*, a pesquisadora Neide Esterici (1994, p. 44) a escravidão contemporânea é “uma categoria eminentemente política.” Como se sabe, não se trata de um fenômeno inteiramente novo, nem tampouco de um retorno ao passado, mas é uma temática que tal como a mitológica Fênix surge e ressurge ao longo da história. Angela de Castro assevera que as “semelhanças irão emergir e, por vezes, de forma preponderante” (GOMES, 2008, p.38), daí a necessidade de analisar pormenorizadamente os diferentes contextos históricos em que se desenvolveram tais práticas, para evi-

tarmos análises anacrônicas e/ou maniqueístas

Neste sentido, Vilela brindou-nos comum a contundente reflexão acerca da analogia entre o trabalho escravo colonial e atual para quem a escravidão contemporânea é mais truculenta que a colonial em muitos aspectos o trabalhador de hoje é descartável “ [...] não tem valor econômico, valor de mercado, como tinha o escravo negro [...] manter o escravo vivo e saudável. ***O escravo de hoje, não; ele é inteiramente descartável.*** (VILELA, 2006, fita 2, p. 34. grifo nosso)

Ainda sobre a conceituação e caracterização recorremos ao historiador Albuquerque com sua habilidosa relação com os conceitos dentre os quais negamos o da antimemória da história como invenção. Mas compreendemos que, para novos fenômenos, restam-nos novos nomes e métodos, como o ensejado com magistral habilidade por Albuquerque ao narrar a história grafada em toda obra ‘História: a arte de inventar o passado’ sempre com H maiúsculo, para quem

*[...] a História precisa de novas linguagens, de inventar novas palavras, de produzir novos conceitos, que sejam capazes de conceder a glória à gosma da lesma nos vitrais das catedrais, que sejam capazes de majestificar a planta brotada nas frinchas dos fortes; de dar grandeza aos homens que chafurdam nos lixos como porcos e urubus; dormem nas sarjetas como baratas; habitam buracos nos viadutos como os ratos; espojam-se nos barracos das favelas como moscas; **queimam sob o sol e se cortam na lâmina verde dos canaviais como lagartos; que se tornam lama nos garimpos e nos mangues;** [...] de dar grandeza às crianças que enegrecem a vida nas carvoarias; que perdem as mãos nas máquinas de agave [...] É para eles que Manoel [de Barros] fez seus*

¹⁰ Importante instrumento de combate à escravização contemporânea mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, constitui-se em um cadastro nacional de empregadores flagrados utilizando mão-de-obra escravizada. Em sua última atualização, constam exatos 294 nomes de cerca de 20 estados brasileiros. Destes cinco empregadores são de Açailândia com cerca de 150 trabalhadores destinados a produção de carvão vegetal, criação de bovinos e cultivo de pimenta-do-reino e milho.

poemas, e eu faço minha prosa histórica [...] (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 95. grifo nosso).

Por uma história capaz de cartografar a sociedade para além de uma emergência poética com todo o seu acervo lexical, ensejada no uso de categorias conceituais diversas, tão inerentes ao trabalho do historiador para desvelar uma dada realidade social, por isso é preciso aventurar novos objetos, novas abordagens e novos problemas nas incursões historiográficas¹¹ assim como proposto por Pierre Nora e Jacques Le Goff, no terceiro volume da série, que aponta para temas não muito comuns entre os historiadores, como o clima, o mito, o corpo, o inconsciente, as mentalidades, e outros que aparecem como um desses novos objetos de investigação historiográfica e geográfica.

Pensamos ser este, um rico filão praticamente inexplorado pelos historiadores, portanto, uma discussão ainda incipiente, questão trazida à baila nos debates entre sociólogos, antropólogos e juristas, como já dissemos em outra parte da narrativa. Compreendemos, pois, que a escravização no Brasil refere-se a um sistema de trabalho cujas bases estão previstas em lei, deste modo, como a Lei Áurea, esta não existe mais, logo a outra também não existiria tal prática como fora no passado, o que não impediria o seu ressurgimento como a fênix, condicionado ao mundo contemporâneo. De qualquer modo, o trabalho escravo, assim como o pássaro mítico que renasce das cinzas, nos parece ressurgir em diferentes momentos da história dada as idiosincrasias de cada período de seu reaparecimento.

¹¹ Em meados dos anos 70, os historiadores franceses Jacques Le Goff e Pierre Nora organizam uma coletânea contendo três volumes para apresentar os novos rumos da história francesa.

Como nos fala Neide Esterici (1994, p.33), uma das mais respeitadas estudiosas da área, existem “[...] circunstâncias em que as noções que o termo ‘escravidão’ passou a designar podem não corresponder nem mesmo ao entendimento que as vítimas têm das relações que vivenciam”. Desta forma, encontramos assim como outros pesquisadores, entrevistados que mesmo submetidos a condições subumanas de trabalho, afirmavam não terem sido escravizados, pois para eles, escravo é inerente ao passado e ao negro’ (SILVA, 2009, p. 163). Destarte, “mesmo entre trabalhadores de uma mesma unidade produtiva, registram-se percepções diferentes acerca da dominação e da exploração a que estão sujeitos” (ESTERCI, 1994, p.11). Verificamos, pois, outros que declaram terem sido brutalmente escravizados, estes eram em alguns casos reincidentes, mais politizados ou já haviam mantido contato anterior com os órgãos de defesa dos direitos humanos.

Neste sentido, para os autores deste estudo, o trabalho degradante oposto do trabalho decente,¹² ocorre quando somado ao cerceamento da liberdade constitui precisamente em escravização contemporânea, visto que o indivíduo é impedido em seus aspectos físico, psicológico e moral de se constituir enquanto trabalhador com direitos básicos como salário e condições dignas de trabalho, ou de abandoná-lo, quando quiser. Deste modo, a escravização contemporânea brasileira caracteriza-se por duas formas coercitivas: física e psicológica. Sendo a primeira, ao ser submetido

¹² O trabalho decente aqui compreendido como uma ocupação produtiva e justamente remunerada, exercida em condições de liberdade, que permite satisfazer as necessidades básicas, equidade e segurança capazes de garantir uma vida digna ao trabalhador. Logo podemos concluir que o trabalho degradante é exatamente o oposto, retira do trabalhador o direito de ir e vir e o coloca em uma condição subumana de vida e trabalho.

a castigos físicos, quando tenta empreender fuga. Já a segunda, ainda mais truculenta, quando o trabalhador sofre violência contra a sua integridade moral, a pretexto de uma dívida impagável que prende o trabalhador do ponto de vista ao trabalho. Somadas as pressões físicas e psicológicas sofridas por esses trabalhadores ao baixo índice de escolaridade dos mesmos, podemos compreender como os empreiteiros maquiavam esta prática aos olhos dos próprios trabalhadores que se sentem obrigados do seu ponto de vista ético a quitar a dívida, uma espécie de servidão por dívida material e psicológica. Importante salientar, igualmente, que a retenção de documentos é também prática comum para assegurar a permanência forçada do trabalhador.

Considerações finais

Desta forma, entendemos que a aplicação indevida do termo pode gerar anacronismos, daí a necessidade de novos estudos em busca dos caminhos e descaminhos da escravização contemporânea e seus desdobramentos no mundo contemporâneo. Destarte, ficamos convictos que este tema será retomado e aprofundado, também por outros estudiosos. Solenemente, com a epígrafe versejada abaixo, findamos este artigo, que é também um libelo em defesa dos trabalhadores cativos ou livres, vivos ou mortos, que na busca de melhores condições de vida, sucumbiram face ao monstro da escravização contemporânea no Brasil. Ode a estes trabalhadores!

Peço a atenção da pobreza que precisa trabalhar/Quando alguém lhe oferecer vantagens pra melhorar/Tenha cuidado de sempre é pra lhe escravizar./No Maranhão e Piauí, Tocantins e no Pará/Em Goiás e Mato Grosso, Pernambuco e Ceará/Bahia e Minas Gerais, também vão muitos pra lá./Se alguém lhe convidar para desflorestamento/Prometendo boa casa,

*bom salário e alimento Tenha cuidado que talvez aumente seu sofrimento./Eles quando lhe convidam, não mostram nenhum agravo/Mas todos que vão pra lá, tornam-se deles escravos,/Trabalham muito e não comem e não ganham nenhum centavo.*¹³

E assim, fizemos uma história com os pés fincados na experiência, as mãos na realidade e na cabeça uma quimera: um outro mundo é possível! Neste *grande sertão veredas*, façamos esta, a nossa *sagarana*.¹⁴

Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- CUNHA, Euclides. **Um clima caluniado. Um paraíso perdido.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil 1850.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho, hoje.** Rio de Janeiro, CEDI, Koinonia, 1994.
- _____. A dívida que escraviza. In.: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA VV.AA. [org.]. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo.** São Paulo, Loyola, 1999.

¹³ Fragmento do poema, Cartilha do Trabalho Escravo. Grifo nosso.

¹⁴ Grande Sertão: Veredas, obra escrita em 1956 por Guimarães Rosa, remete as dificuldades a que tiveram de passar nossos narradores. Já o termo *sagarana*, é um neologismo cunhado por Guimarães Rosa para nomear sua primeira obra escrita em 1946, o termo é aqui empregado com sentido semelhante ao do autor como, resultante do hidrismo do prefixo, *saga* que significa 'canto heroico' e *rana* vocábulo de origem tupi remete a 'à maneira de/que exprime'. Logo *sagarana* nos serve para expressar a luta, um brado em meio às adversidades.

- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. **Rio Maria**. Canto da terra. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GOMES, Angela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: História oral: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v.11, n.1-2, jan/dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008.
- HERÓDOTO. **Histórias**. trad. Mário da Gama Kury, Ed. UnB. 1985.
- JESUS, J. G. 'A cabeça do libertador'. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende & PRADO, A.A. [Orgs] **Olhares sobre a escravidão contemporânea**: novas contribuições críticas. Cuiabá: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, 2011.
- JOANONI NETO, Vitale; ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. De 'Peão' a 'João': uma ação conjunta visando à reinserção social. In: ACIOLI, Vera Lúcia Costa. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. MONTENEGRO, Antonio Torres. [org]. **História, cultura, trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife; Ed. Universitária UFPE, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006.
- MORAES, Maria José Souza. **Trabalho Escravo**: Da omissão do Estado a CONATRAE passando pela bicicleta do Padre Canuto. 2007. Disponível em: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br>> Acesso em: 22 mar. 2011.
- PAIVA, Eduardo França. **Trabalho compulsório e escravidão**: usos e definições nas diferentes épocas. 2005.
- SHARMA, Bhavna. A Anti-Slavery Internacional e o Combate ao Trabalho Escravo. In: **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil**: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- SILVA, José Carlos Aragão. **Ser livre e ser escravo**: memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais. 1990-2007. Brasília, 2009. 175p. Tese. [Doutorado em história cultural]. Universidade de Brasília. 2009.
- SHARPE, Jim. **A História vista de baixo**. In: BURKE, P. [Org.]. Escrita da História: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp. 1992.
- VILELA, Ruth. Entrevista concedida ao projeto **Memória Institucional do Ministério do Trabalho e Emprego**. CPDOC/FGV, 2006, fita 2, p. 34.